



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 063/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1498/2006 (4 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Autazes.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. José Thomé Filho, Prefeito e ordenador de despesas à época.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº. 604/2015 – DICAMI-CI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Ministerial nº. 1544/2015-MP-ESB – Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.
- 8- **Relatora:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2005.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação, com ressalvas, das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo do Município de Autazes, que **APROVE COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2005, do Prefeito, Sr. José Thomé Filho, na função de Agente Político, à época.

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de novembro de 2015.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 063/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em exercício.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 818FF3AD-6E924CE9-87EC46FE-1BAEE21D



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 063/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2015)

- 1- **Processo TCE nº 1498/2006 (4 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Autazes.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. José Thomé Filho, Prefeito e ordenador de despesas à época.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº. 604/2015 – DICAMI-CI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Ministerial nº. 1544/2015-MP-ESB – Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.
- 8- **Relatora:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2005.

*Contas regulares com ressalvas. Quitação. Multas. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto da Exmo. Sra. Conselheira-Relatora, em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 – À unanimidade:**

**9.1.1 - Julgar REGULAR, COM RESSALVAS**, com fulcro no art. 1º, II, art. 22, II, da Lei n. 2.423/1996; art. 18, II, da LC nº. 6/91; c/c art. 188, §1º, II, da Res. nº. 4/2002, a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Autazes, de responsabilidade do Senhor José Thomé Filho, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época;

**9.1.2 – Dar quitação** ao Senhor **JOSÉ THOMÉ FILHO**, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 4/2002 – RITCE;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 063/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2015)**

**9.1.3** - Na forma prevista nos arts. 1º, XXVI, e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplicar ao Senhor José Thomé Filho, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, multa no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referente à 0,5% do valor previsto no artigo 54, §2º, da Lei Orgânica nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 1º, da Resolução nº. 25/2012 – TCE/AM, conforme estabelece o artigo 53, parágrafo único, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, pelas impropriedades constantes dos itens “2”, “3”, “4” e “9” do Relatório/Voto;

**9.1.4** - Fixar o prazo de **30** (trinta) dias (artigo 174 do RITCE), para que o Senhor **José Thomé Filho**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (artigo 55, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

**9.1.5 - DETERMINAR** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- a) Encaminhe à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
- b) Notifique o Senhor **José Thomé Filho**, Prefeito Municipal de Autazes e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;
- c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**9.2 – Por maioria**, na forma prevista nos arts. 1º, XXVI, e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplicar ao Senhor José Thomé Filho, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, multa no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), na forma prevista no artigo 1º, XXVI e artigo 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente a R\$ 1.096,03, por mês de competência (janeiro a dezembro do exercício de 2005), relativo aos dados e demonstrativos contábeis



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 063/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2015)**

ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 07/2002 – TCE/AM.

***Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de novembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em exercício.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 818FF3AD-6E924CE9-87EC46FE-1BAEE21D